

No dia 15 de novembro, o Brasil celebra um marco histórico que redefiniu os rumos da nação: a Proclamação da República. A data, que remonta a 1889, simboliza a transição do regime monárquico para o republicano, um movimento que não apenas alterou o sistema de governo, mas também deu início a uma série de transformações políticas, econômicas e sociais que moldaram o país ao longo do tempo.

O contexto histórico: o Brasil Imperial

Antes da Proclamação da República, o Brasil vivia sob o regime monárquico, sendo a única monarquia da América Latina. O período imperial foi dividido em duas fases: o Primeiro Reinado (1822–1831), liderado por D. Pedro I, e o Segundo Reinado (1840–1889), comandado por seu filho, D. Pedro II. Este último período foi marcado por significativos avanços econômicos, como a expansão do café e o desenvolvimento de infraestruturas como estradas de ferro e telégrafos. Entretanto, profundas tensões sociais e políticas começaram a emergir, culminando em movimentos que desafiavam a monarquia.

Entre os principais fatores que levaram à queda do regime monárquico, destaca-se o enfraquecimento da aliança entre o imperador e os militares. Além disso, o desgaste com a elite agrária, que se sentia ameaçada pela abolição da escravatura em 1888, e o crescimento das ideias republicanas entre intelectuais e políticos contribuíram para a insatisfação com a monarquia.

A Proclamação e os seus protagonistas

A Proclamação da República foi liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que, até pouco tempo antes, era um defensor da monarquia. No entanto, diante das pressões de líderes republicanos e do clima de insatisfação entre os militares, Deodoro decidiu liderar o movimento que culminou no golpe de Estado. Assim, em 15 de novembro de 1889, o Brasil

foi declarado uma república federativa, marcando o fim de quase sete décadas de monarquia.

Deodoro da Fonseca assumiu como o primeiro presidente da República, inaugurando o período conhecido como Primeira República ou República Velha (1889–1930). Esse período foi caracterizado por um sistema político dominado pelas oligarquias estaduais, especialmente São Paulo e Minas Gerais, que se alternavam no poder por meio da chamada “política do café com leite”.

Os desafios da República nascente

A transição para a República não foi isenta de desafios. O Brasil enfrentou instabilidade política nos primeiros anos, com disputas internas entre civis e militares. A Constituição de 1891 estabeleceu um sistema presidencialista e garantiu maior autonomia aos estados, mas também refletiu as desigualdades do período. Apenas uma pequena parcela da população tinha direito ao voto, que era restrito aos homens alfabetizados.

Além disso, movimentos como a Revolta da Armada (1893–1894) e a Guerra de Canudos (1896–1897) evidenciaram as tensões sociais e políticas da época. A República Velha também foi marcada por forte concentração de poder nas mãos das elites agrárias e pela exclusão das classes populares do processo político.

A evolução da República: das reformas às rupturas

O golpe de 1930, liderado por Getúlio Vargas, encerrou a República Velha e deu início a uma nova fase. Vargas implementou reformas significativas, como a criação das leis trabalhistas e a modernização da economia. A partir de então, o Brasil vivenciou períodos de centralização do poder, como no Estado Novo (1937–1945), seguidos por momentos de redemocratização, como a Constituição de 1946.

Entretanto, o país também enfrentou golpes e crises institucionais. Em 1964, um golpe militar instaurou um regime autoritário que perdurou por 21 anos. Somente em 1985, com a redemocratização, o Brasil retomou o caminho para uma República democrática, consolidada pela Constituição de 1988, que vigora até os dias atuais.

A República nos dias de hoje

Atualmente, o Brasil vive sob um regime republicano e presidencialista, com eleições diretas para cargos executivos e legislativos. A República segue enfrentando desafios relacionados à desigualdade social, à corrupção e à estabilidade democrática, mas também apresenta avanços, como o fortalecimento das instituições democráticas e a ampliação da participação popular no processo político.

O 15 de novembro não é apenas uma data para lembrar um evento histórico, mas um momento para refletir sobre os valores republicanos e os desafios de construir uma nação mais justa e democrática. A República, enquanto ideal, representa um compromisso com a soberania popular, a igualdade e o bem comum.

A relevância da República

A Proclamação da República foi um divisor de águas na história brasileira, abrindo caminhos para profundas transformações políticas e sociais. Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo de mais de um século, o regime republicano permanece como um símbolo da busca por liberdade, justiça e igualdade. Celebrar o 15 de novembro é também reafirmar o compromisso com os ideais republicanos que continuam a guiar o futuro do Brasil.